

Artigo

## NOS MARCOS DE MEMÓRIA A (RE)CONSTRUÇÃO DO DIREITO MORAL: PRÁTICAS DE LUTA DOS SEM-TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA(SP)\*

Maria Celma Borges\*\*

### Resumo:

A memória partilhada pelos homens e mulheres dos assentamentos Che Guevara/Santa Clara e São Bento sobre o “seqüestro dos oficiais de justiça” na fazenda Nova Pontal, em Rosana (SP); a “matança de bois e pedágio do leite” na rodovia SP-613 e a “queima de tratores e matança de bois na fazenda Estrela Dalva”, em Mirante do Paranapanema (SP), explicitam marcos de memória vividos em meio ao processo de lutas. Evidenciam, então, valores sendo (re)construídos, principalmente no que concerne ao direito moral a terra. Por meio de fontes orais e da imprensa regional, discuto o modo como se deu essa história.

**Palavras-chave:** Marcos de Memória, MST, Direito Moral.

### Abstract:

The memory partaken by the men and women of Che Guevara/Santa Clara and São Bento settlements about the “kidnapping of the bailiffs” in the Nova Pontal Farm in Rosana City; the “killing of the cattle and toll of the milk” on the SP-613 Highway and the “burn of tractors and killing of the cattle” in the Estrela D’alva Farm in Mirante do Paranapanema-SP city explained the marks of memory lived during the struggle process. They evidence, although, values (re) constructing, mainly on the concern with moral rights to the land. Through the oral sources and the regional press I discuss the way how the history happened.

**Keywords:** Marks of Memory, Moral Rights, MST.

---

\* Este texto resulta de parte do capítulo 4 de minha tese de doutoramento. (Cf. Bibliografia)

\*\* Doutora em história pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas (MS).

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 12	53-71	2006
-----------------	---------------	-------	-------	------

### **Marcos de memória na ocupação da fazenda Nova Pontal: o “seqüestro dos oficiais de justiça” e o primeiro despejo**

Ao discutir as práticas dos sem-terra no Pontal do Paranapanema, a partir das primeiras experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região, me chamou a atenção as ações produzidas pelos camponeses – hoje assentados no “São Bento” e no “Che Guevara/Santa Clara”,<sup>1</sup> em Mirante do Paranapanema (SP) –, ao pensar os marcos da memória construídos historicamente no processo de lutas e delineados, particularmente, no tempo do(s) acampamento(s). Como primeira experiência se destaca a ocupação da fazenda Nova Pontal, em Rosana (SP).

A 13 de julho de 1990 se deu a ocupação dessa fazenda, de propriedade da Agropecuária Timboril, das irmãs Beatriz, Vera Lúcia e Maria Aparecida Cunha. A área era de aproximadamente 3.500 hectares (ha), tendo sido ocupados em torno de 300 ha pelas famílias sem-terra. Para essa ação, conforme artigo veiculado na imprensa regional, o delegado de Rosana, Ozéas Pantaleão, informara que os sem-terra chegaram em 38 caminhões e mais cem veículos pequenos.<sup>2</sup>

Conforme matéria publicada no jornal *O Imparcial*: “As famílias procedem do norte do Paraná, de Minas Gerais, de Mato Grosso do Sul e do próprio Pontal”.<sup>3</sup> Esse jornal trazia o número de oitocentas famílias, num total de três mil pessoas, segundo os dados do MST. Buscando rebater esses números, a

---

<sup>1</sup> O assentamento “Che Guevara”, em sua origem, teve por denominação “Santa Clara”, nome da fazenda desapropriada, e esta designação prevalece na fala de grande parte dos camponeses assentados. “Che Guevara” é a designação presente no relato dos militantes e dirigentes. Daí a minha opção em utilizar a expressão “Che Guevara/Santa Clara” para referir a esse assentamento, por possibilitar a expressão de ambas as leituras.

<sup>2</sup> Cf. Invasores serão obrigados a deixar fazenda no Pontal. *O Imparcial*. Presidente Prudente (SP), n.12.029, 17 jul.1990.

<sup>3</sup> Cf. Invasão no Pontal. *O Imparcial*. Presidente Prudente (SP), n.12.028, p.115 jul. 1990.

polícia militar insistia na existência de 700 famílias com cerca de mil e oitocentas pessoas.

Bil, dirigente do MST, afirma que foi somente nessa ocupação que “[...] conseguimos ponnhar a bandeira do Movimento numa ocupação do MST no Pontal, só desta vez, porque antes nós não podia por até dentro do assentamento, era uma briga contra o Gerson Caminhoto, político. E nós brigava demais sobre isso”. Para esse marco, salienta ainda:

Organizemos os trabalhadores na região de Presidente Prudente a Venceslau e Narandiba, Terra Rica, e Nova Londrina e Marilena, região noroeste do Paraná e o Pontal inteiro. E daí que veio uma direção gaúcha, dois gaúchos, que veio o Zumbi e o Cachorro, pra nós fazer esta ocupação. Eles veio assim, os gaúchos mesmo daí veio nos dias de fazer a ocupação, o Zumbi, e o Cachorro veio antes.<sup>4</sup>

Mas as conquistas no âmbito da luta pela terra não se deram sem que os camponeses sofressem duras penas, tanto pelo descaso dos organismos governamentais em acelerar os projetos de assentamento e pelo uso da polícia nas ações de despejo, como também pela violência dos fazendeiros integrantes da União Democrática Ruralista (UDR). Favorecida pelo seu fortalecimento na bancada ruralista de parlamentares na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988), a UDR, durante os anos 1990, viria a se reorganizar visando a defesa do que consideravam como suas propriedades.

Conta Zumbi – um dos paranaenses que contribuíram na ocupação da fazenda Nova Pontal –, que nas noites do Pontal ele e seus companheiros de militância conversavam em volta dos barracos sobre como era bom o tempo de outrora, quando “todo mundo tinha a sua terrinha”. Como alimento para o fortalecimento da luta, a possibilidade da conquista da terra instigava-lhes, dando-lhes força para a continuidade das práticas que demarcariam o nascimento do MST na região.

---

<sup>4</sup> ENTREVISTA. Bil. Teodoro Sampaio (SP), Secretaria do MST, 29 abr. 2002.

E nós éramos os militantes, nós vivíamos dedicando aquele pedaço de tempo de nossa vida pra ver mais um assentamento, para ver mais uma fazenda libertada do latifúndio e tal. E pra ver mais um monte de famílias produzindo e trocando a braquiara, aquelas grammas, por arroz, feijão, milho.<sup>5</sup>

As considerações de Moraes Silva sobre a terra no imaginário dos migrantes temporários – no caso, dos trabalhadores que migram do vale do Jequitinhonha (MG) para a região agrícola de Ribeirão Preto (SP) –, mesmo que se refiram a uma temática específica e a realidades distintas, são significativas para se pensar o ato de imaginar e o sonho nas representações dos sem-terra:

Pode-se dizer que o imaginar é uma espécie de urdidura da saudade. Sentimento oco, profundo, mas cercado. Sentimento criado pelos narradores. Ação autoplástica que faz do passado, presente, e do presente, futuro. Uma projeção. Uma ilusão necessária, uma utopia carregada de esperança, elaborada após o trabalho duro, à noite, numa espécie de ante-sala dos sentimentos oníricos. (MORAES E SILVA: 115)

Ao contar os sonhos que eram tecidos ao redor dos barracos, Zumbi dimensiona a associação de práticas e de representações dos sem-terra, semelhante ao que ocorria pelos vários rincões do país. Ao mesmo tempo em que se dava a experiência da ocupação e do acampamento pela luta, ocorriam ainda as representações – ou seja, a exposição de um ideário de sonhos e a expressão desses sonhos na utopia da conquista e do direito à terra, assim como na imagem que se desenhava para a sociedade de um espaço preñado de sujeitos predispostos à luta.

Tendo como horizonte a terra, as lutas camponesas no Pontal passaram a ser conhecidas nos cenários nacional e internacional devido às inúmeras ocupações que se seguiram pelos anos 1990. Isso em decorrência do quadro de

---

<sup>5</sup> ENTREVISTA. Zumbi. Maringá (PR), Secretaria da Agricultura, 19 jul. 2001.

carências vivido historicamente pelos pobres da terra, mas também pela percepção de que era possível transformar as carências em conquistas. A prática da ocupação se tornou, então, parte constitutiva e princípio do MST, também nesta região, desde o início de suas ações. A linha norteadora da militância, segundo Zumbi, era o desejo de libertar a terra do latifúndio. Terra que se tornava símbolo de vida e de fartura em confronto com o símbolo das pastagens, representação do latifúndio. O desejo de produzir o alimento, a comida, para, com isso, negar a miséria – já que se sonhava com a substituição do capim por produtos como o arroz, o feijão, o milho e as demais culturas alimentares –, fundamentava essas primeiras ações. Por mais que mais tarde parte dos assentados viesse a mudar o seu olhar e, conseqüentemente, essa significação, já que ao invés de símbolo do latifúndio, as pastagens, e com elas os bezerros e as vacas leiteiras, tornar-se-iam representação da possibilidade de permanência na terra.<sup>6</sup>

Foram inúmeras as práticas na ocupação da fazenda Nova Pontal, mas um episódio costumeiramente lembrado nos relatos – visto como o primeiro marco de memória –, se refere ao momento em que os oficiais de justiça, após uma semana de ocupação, foram entregar a ordem de despejo e os acampados, conforme seu Valdemar, “seguraram o oficial pra ter uma negociação”. Esta ação desembocou numa “imagem de seqüestro”, derivando num “rebuliço todo”. Então, “[...] veio a polícia, veio a cavalaria, a polícia de choque, a polícia de elite, helicóptero. Veio tudo pra tirar nós”.<sup>7</sup>

Um artigo da imprensa regional afirmou que os sem-terra “seqüestraram” dois oficiais de justiça de Teodoro Sampaio que tinham ido para a área ocupada

---

<sup>6</sup> Observa Dona Severina que: “De vez em quando nós vende um bezerro pra pagar às vezes alguma conta assim que a gente pega no banco, né? Aí, a gente vende algum bezerrinho, mas as vacas tá tudo aqui”. ENTREVISTA. São Bento, setor I, 05 mai. 2002.

<sup>7</sup> ENTREVISTA. Valdemar. XV de Novembro, setor I, 03 jan. 2002.

com o intuito de entregar o mandado de reintegração de posse expedido pelo juiz Camilo Léllis dos Santos Almeida. Observa o jornal que: “Antonio Djalma Exzel e Orivaldo Castelão são mantidos em poder dos sem-terra e, segundo Luis Sinésio, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ‘só serão libertados com a presença do governador Orestes Quércia ou do secretário da Agricultura’.”<sup>8</sup>

Destoando da forma de condução das lutas dos posseiros da região nos anos 1980, que se fundamentava em movimentos dispersos pelas glebas, o movimento da fazenda Nova Pontal, partindo da organização do MST, trouxe consigo o tom aguerrido, tendo sido denominada essa primeira ação, pela imprensa, de “seqüestro dos oficiais de justiça”. Soma-se, ainda, o modo como os homens e mulheres passavam a se organizar internamente, ou seja, em grupos e setores.

Seu Francisco, ao narrar este acontecimento, demonstrou como ele se faz presente na memória daqueles que viveram as práticas na fazenda Nova Pontal. Os oficiais ficaram “guardadinhos” [...] E a turma vigiando eles [...] pra eles não sair. Ah!! Mais isso foi lá com um negócio de intimação pra nós, sabe? De despejo, né? Esse negócio de despejo. Chegou lá. A turma disse: ‘Não, mas não pode entrar não’. Disse: ‘Não, mas nós quer, vamos entrar lá, nós somos obrigados a entrar’. ‘Não, mais não é pra entrar, nós não tem ordens de deixar ninguém entrar’. Disse: ‘Mas nós precisa’. Diz: ‘Então tá, então vai!!’ (inaudível) ‘E quem é vocês?’ ‘Ah, sou oficial, não sei o quê’. Disse: ‘Ah, é?’ Disse: ‘É’. E tá. Por que?’. Tomaram o revólver, guardaram o revólver deles, prenderam o carrinho deles. E eles no barraquinho de lona. Fiquei vigiando eles dia e noite. Tinha a hora que a turma ficava das seis horas até meia-noite, uma turma iam dormir, os outros ficava de noite até o amanhecer do dia [...]. E era assim [...]. Três dias [...]<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Cf. Invasores seqüestram oficiais de justiça. *O Imparcial*. Presidente Prudente(SP), n.12.030, p.1. 18 jul.1990.

<sup>9</sup> ENTREVISTA. Francisco e Maria. São Bento, setor I, 05 maio 2002.

De certo modo se estava a reboque das práticas camponesas e se invertia naquele momento a concepção do direito que passava, então, a ser questionado, remetendo às considerações de Martins: “Se o direito é construído sobre o torto, sobre a usurpação do direito do outro, desvenda para o outro o seu direito. É nesse sentido que a cerca não fecha, abre: abre a consciência do direito lesado, abre a luta pelos direitos, abre a luta contra o direito edificado sobre a injustiça”. (MARTINS: 11).

Para o despejo “grande contingente de soldados de Presidente Prudente, Marília, São Paulo e Araçatuba, em ônibus e micro-ônibus, com a PM de Presidente Prudente, tendo inclusive cães pastores”, chegava à região. Aguardava-se ainda, a chegada da cavalaria da capital “caso se fizesse necessário”.<sup>10</sup>

É preciso observar que essa ocupação se deflagrou no período do governo federal de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e do governo estadual de Orestes Quércia (1987-1990), conhecidos pela forte repressão aos movimentos sociais. No que diz respeito ao fortalecimento do aparato policial, a reação não se deu de forma diferenciada nesse despejo.

Na madrugada de dezenove de julho, os trabalhadores sem-terra deixaram que os dois oficiais, que estavam “guardadinhos”, partissem. No dia seguinte, a discussão era se o despejo seria realizado de “forma pacífica ou coercitivamente”.<sup>11</sup> Chama a atenção o fato de os jornais de circulação regional insistirem que os responsáveis pela ocupação seriam membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Talvez isso tenha se dado por cederem advogados, ambas as entidades, para assessorar os sem-terra e pela visão, predominante nos órgãos de imprensa, de que os camponeses fossem incapazes de se organizar e de se constituir como

---

<sup>10</sup> Cf. Invasores seqüestram oficiais de justiça. *O Imparcial*. Presidente Prudente (SP), n.12.030, p.1, 18 jul.1990.

<sup>11</sup> Cf. Invasores se recusam a deixar a Fazenda Nova Pontal e ameaçam matar seus reféns. Presidente Prudente (SP). *O Imparcial*. Caderno 2, n.12.031, p.1. 19, jul.1990.

movimento autônomo, necessitando da direção de outras entidades que não a deles próprios. Diferentemente dessa interpretação, os campos do Pontal e do país no percurso da década de 1990 elucidaram, e elucidam no presente, sujeitos construindo o MST em seu fazer-se contínuo, se reconhecendo como agentes sociais a tecer um movimento de múltiplas faces, de homens, mulheres e crianças, se descobrindo militantes e dirigentes no próprio processo de lutas.<sup>12</sup> Esse fazer-se do “Movimento Sem-Terra” evidencia a possibilidade de se ir além da visão de vanguarda leninista ou do movimento espontâneo que brota sem que haja a organização.

A demonstrar a postura assumida pelos jornais prudentinos e pela grande imprensa, qual seja a de que os sem-terra seriam a “massa de manobra”, o artigo “Uma legião de deserdados” exemplifica a interpretação comum em relação às ocupações que, partindo da fazenda Nova Pontal, se multiplicariam pelos campos do Pontal na década de 1990:

O despejo que se cumpre hoje na Fazenda Nova Pontal é um imperativo da lei, não se pode pensar de outra forma. Saem derrotadas as lideranças das centrais marxista-leninistas com largo preparo para ações ousadas como essa. Mas perdem muito mais os bóias-frias, sem a perspectiva de um assentamento projetado para eles, transformados apenas em massa de manobra das Centrais Operárias e abandonados pelos governos.<sup>13</sup>

O mesmo jornal ainda observou que a desocupação da fazenda havia se dado de forma pacífica, sem a necessidade de utilização da força policial.<sup>14</sup> Entretanto, o que permanece também como um marco na memória é a violência

---

<sup>12</sup> Sobre essa questão, as considerações de seu José de Paula são bastante significativas: “[...] era dentro do acampamento mesmo que criava as lideranças. Eu, no meu caso, eu trabalhei de coordenador uns três anos aí no acampamento, não sabia nem o que que era, mas aprendi e fui ajudar os companheiros e ajudar eu próprio também”. ENTREVISTA. José de Paula e Maria. XV de Novembro, setor I, 02 jan. 2002.

<sup>13</sup> Uma de deserdados. *O Imparcial*. Presidente Prudente (SP), n. 12.032, p.1, 20 jul. 1990.

<sup>14</sup> Idem.



do despejo. Violência que não se dá necessariamente pelo emprego da força física, mas pela imposição da saída, da necessidade de deixar a terra desejada, “arrancando os barracos”, “juntando as tralhas”.

Sob forte chuva, as famílias tiveram que partir. Partir ou permanecer evidenciava, naquele momento, uma tomada de posição que lhes marcaria profundamente as práticas futuras. O relato daqueles que participaram dessa primeira ocupação são contundentes quanto ao sofrimento diante o despejo e o temor em relação ao que seria de suas vidas. As memórias são marcadas por um misto de dor e de alegria, de perdas e de conquistas. Conta seu José Marinote que seu filho viera primeiro para a ocupação:

Nisso com uma semana que eles tavam ali, chegou tudo ali pra despejar eles. Tava a cavalaria, tropa de choque, cachorro. Era tanta coisa, camburão. Uns par de camburão tudo cheio de polícia, sabe? Nisso ele olhou pra riba assim e falou: ‘ah meu Deus do céu, será que eu volto pra casa, acho que nunca mais vou ver meu pai’. (sorrindo)<sup>15</sup>

Seu Cícero também recorda, emocionado, como foi esse despejo:

Contando a minha história direito na hora do despejo, não tinha lugar pra nós. Era pra sair, não tinha lugar pra gente. Aí na hora do despejo, alguns dos militantes do Movimento escondido. Aí falava que era pra acampar na beira do asfalto. Aí uns conseguiu chegar na beira do asfalto, e outros não conseguiu, que a policia desviava os caminhão, uns prum canto, outros pra outro. E se falasse que era pra acampar ali, eles não deixava. [...] tinha carro pra onde você quisesse ir, até pro Rio de Janeiro. Mas se falava que era pra acampar ali, eles não deixava. Até que meu pai [...] conseguiu [...] Aí meu pai ficou e nós voltou pro Paraná, de volta com o caminhão (risos). Ah! Depois nós voltamos.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> ENTREVISTA. José Marinote e Emília. XV de Novembro, setor I, 03 jan. 2002.

<sup>16</sup> ENTREVISTA. Cícero. São Bento, setor I, 07 mai. 2002.

### **Na SP-613, a matança de bois e o pedágio de leite: (re)construindo o direito moral**

Da fazenda Nova Pontal parte das famílias seguiu para as margens da pista da rodovia SP-613, num local que distava 2 km do assentamento “XV de Novembro”. Devido à forma como o despejo fora realizado, metade das oitocentas famílias conseguiu retornar, passados alguns dias, para o novo acampamento.

Zumbi, em seu relato, observa que, após o despejo da fazenda Nova Pontal, quatrocentas famílias permaneceram no novo acampamento: “No primeiro dia umas 200, depois no terceiro dia, umas 300; depois de um mês, nós estávamos novamente com 400 famílias, metade, um grande sucesso, apesar de toda a repressão com cavalo, helicóptero, o povo queria mesmo a terra”.<sup>17</sup>

Esse acampamento organizado no km 68 evidencia-se na fala desse entrevistado um outro marco de memória expresso nos relatos daqueles que viveram essa primeira experiência, bem como os despejos que se seguiram. Em vista das condições terríveis de carência pelas quais passavam os acampados – devido ao término da comida e à inexistência de cestas básicas –, a “equipe”,<sup>18</sup> ao retornar de uma das negociações na prefeitura de Teodoro Sampaio, encontrou o povo “comendo carne no acampamento”:

Isso foi a gota d’água pros donos do pedaço ali da região, porque pegaram um caminhão de boi na estrada que passava do lado do acampamento;

---

<sup>17</sup> ENTREVISTA. Zumbi. Maringá (PR), Secretaria da Agricultura, 19 jul. 2001.

<sup>18</sup> Quando Zumbi se referiu a “equipe”, estava se remetendo aos militantes que eram responsáveis pelo estabelecimento de negociações com a prefeitura e as demais instâncias administrativas, dentre outras ações como, por exemplo, a organização do acampamento.

tiraram o couro e a cabeça e mandaram pro caminhoneiro levar pro seu patrão. Olha, diga pra ele que essa carga deve ter seguro e aqui tá a prova de que foi nós que comemos, e o governo paga o seguro pra seguradora!! O nosso ato é o de dizer: 'Não dá mais pra esperar, se eles não trouxer as cestas prometidas na negociação anterior, a gente vai continuar fazendo isso'. E foi um churrasco numa noite só, né? Os bois não deram pra muito tempo, a fome era grande e era muita gente. No outro dia, a gente combinou com os fazendeiros que passavam por ali e eles deixaram, cada um, 20 litros de leite. Não foi na marra, mais eles foram convencidos pela necessidade nossa, e porque tinham que passar só por ali, que era necessário que eles colaborassem até o governo dar uma solução pro nosso problema.

Este fato ocorreu em 9 de agosto de 1990, quando os acampados interromperam o tráfego na rodovia e fizeram parar um caminhão de boi que provinha da fazenda Nova Veneza, de propriedade de Paulo Duarte do Vale, vizinha à fazenda recém-ocupada. Destacou-se nessa prática a retirada do couro do boi, por parte dos sem-terra, e a entrega para o motorista. Com o objetivo de que o levasse para o fazendeiro, a fim de explicitar que a carga não havia sido por ele desviada, mas que tivera uma destinação social e serviria para atender às necessidades mais prementes do acampamento, assim como para denunciar as dificuldades pelas quais as famílias estavam passando.

Além das recordações de Zumbi, é válido observar a de outro camponês, seu Cícero, que viveu esse acontecimento como uma situação-limite. Na análise de sua fala, percebe-se que a situação não se resumia à questão da fome, já que se tornara a expressão de um momento em que o direito legal de propriedade passava a ser questionado e vindo, com isso, sustentar as ações empreendidas. Em outros tempos, essas práticas poderiam ser a negação de seus valores, mas naquele momento passavam a ser vivenciadas como sustentação moral, por ser o modo possível para a viabilização da permanência na luta.

E. P. Thompson, ao discutir a forma como se deu a “economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, observa que:

É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente de vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era motivo habitual para a ação direta. (THOMPSON: 152).

As considerações de Thompson, guardando as suas especificidades, contribuem para se pensar a redefinição de valores expressa na memória de seu Cícero ao se referir à “matança de bois e o pedágio do leite”. Explicitou, este narrador, a dimensão da carência vivida pelos sem-terra às margens da rodovia, mas também a emergência da consciência da necessidade da luta e da percepção de direitos:

[...] precisava de leite pras crianças. Aí nós tinha que parar o caminhão só pra pegar leite [...]. Aí com isso, também nós não tinha cesta básica, não tinha onde trabalhar. E nós não tinha do que viver. Aí a turma fez tipo de uma pressão, pegou os boi também lá pra vim a cesta básica.<sup>19</sup>

Tal questão, ao mesmo tempo em que possibilita ir além da “visão espasmódica” (Cf. THOMPSON: 182), que reduz a ação direta ao elemento da fome, também sugere uma semelhança com os saques ocorridos pelo nordeste do Brasil desde os fins da década de 1990. Há, de certa maneira, a compreensão da legitimidade dessas práticas pela leitura de parte da sociedade, por elas trazerem para o espaço público o desnudamento da miséria. Daí essas ações poderem ser compreendidas também como forma de lutar pelo direito à preservação da vida.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> ENTREVISTA. Cícero. São Bento, Setor I, 07 mai. 2002.

<sup>20</sup> A respeito dos saques como “direito moral”, cf. NEVES.

A narrativa das ações traz consigo marcos da memória a explicitar a violência vivida pelas famílias no processo de luta, mas também a resistência por elas construída para a permanência nos acampamentos às margens das estradas, pelo interior das fazendas, dentre outros lugares em que a organização do acampamento se fazia necessária.

### **Na fazenda Estrela Dalva: queima de tratores e matança de bois numa revolta popular**

Dentre os marcos da memória a revelar a história de lutas, destaco também o ocorrido no mês de junho de 1994, costumeiramente lembrado nos relatos, e que envolveu as famílias sem-terra oriundas dos acampamentos da fazenda Nova Pontal e da rodovia SP-613, na fazenda Estrela Dalva, em Mirante do Paranapanema (SP). Neste episódio, os sem-terra revoltaram-se contra a destruição da roça de feijão a mando da proprietária, e ocuparam-na, queimando dois tratores e matando reses.

Ao terem cultivado parte da fazenda por meio da “ação motorizada”,<sup>21</sup> os sem-terra aguardavam o tempo da colheita. A fazendeira, antecipando-se a

---

<sup>21</sup> Como práticas de lutas ocorridas na ocupação da fazenda São Bento – a segunda fazenda ocupada no Pontal –, observa-se o cultivo da terra e a plantação de víveres como feijão e milho na área ocupada, sendo que as famílias permaneciam acampadas fora da fazenda, o que denomino de “ação motorizada”. Este termo foi apreendido a partir das considerações de Mineirinho, em entrevista no assentamento Che Guevara/Santa Clara, em 11 mar. 2001. Essa ação representava um meio tático para fundamentar o direito moral de ocupação da terra, e de os sem-terra se esquivarem dos constantes despejos, pois quando os policiais chegavam para a entrega do aviso de reintegração de posse, o que encontravam na área era somente a terra tombada ou plantada. Se não era possível permanecer na fazenda com os barracos, plantar para essas famílias se fazia necessário, já que legitimava a luta pela “terra de trabalho”, na medida em que expunha, tanto para o camponês, como para a sociedade em geral, o direito moral do cultivo. A terra tombada tornava-se um símbolo, uma representação do trabalho partilhado, bem como do desejo de ser e de viver dos camponeses nessa terra.

esse momento, ordenou a seus funcionários que gradeassem o feijão, provocando uma revolta, no dizer de seu Alcides, “sem precedentes”, em que não fora possível para a militância e a direção contorná-la, pois o que havia de mais precioso para os camponeses – a terra cultivada –, havia sido destruído. Por isto, a resposta foi rápida e imediata.

Contando essa ação, o entrevistado pontua os motivos e como se deu a queima de tratores. Esse relato se torna revelador para a compreensão das práticas dos sem-terra “costuradas” por fazendas na região, se transformando em marcos de memória para aqueles que os viveram, tal como para os que os conhecem pelas histórias contadas. Marcos vistos como referência para a gênese do MST no Pontal:

[...] e dentro dessa conjuntura da tombação de lá pra cá em direção a sede, nós conseguimos também mexer com a Estrela Dalva, que é essa fazenda vizinha, né? Mexer como? Já que nós tava com acampamento beirando a Estrela Dalva, resolvemos entrar nela. Aí entramos nela, pimba! Entramos, cortamos os arames e metemos o trator pra cima, tombando terra pra plantar o feijão. Tombamos, nivelamos, plantamos o feijão.[...] Aí plantamos o feijão, aí a viúva veio de lá pra cá [...]. Vieram de lá pra cá e meteram o nivelador em cima, aí nós foi lá e só tava o pó, nivelou nosso feijão, a fazendeira [...] com toda moral dela, né? ‘Ah! Então você tá querendo guerra?’ [...] Nós veio de a pé lá do acampamento por essa estrada, entendeu? [...] era até bonito, aquele mundo de gente tudo de a pé, tudo com a foice na mão, enxada, facão, tudo, em direção da sede. Chegamos na sede [...]. Aí o povo tudo na estrada fez isso, foi fechando assim em direção da sede. Aí chegamos lá tava os dois trator que rumiou nosso feijão, tudo lá! Os trator e os tambores de óleo diesel, as plantadeiras. Eles nivelaram o feijão e plantaram milho, né? Aí o povo falou: ‘Vamos levar pra lá, pro lugar que ela fez o crime nós vamos queimar o trator’. E eles bancaram o vivo que arrancaram as baterias dos trator, pra não funcionar, né? Só que não precisa de bateria de trator. Fomos lá e demos o tranco, o bicho pegou, aí dois trator, levamos lá no lugar que ela arrumou nosso feijão, colocamos os dois de pareia, jogamos óleo diesel e metemos fogo. E aí os tambores de óleo diesel também nós, picamos [...] o povo, né?<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> ENTREVISTA. Alcides. São Bento, setor II, 03 mai. 2002.

São inúmeras as memórias a relembrar esse acontecimento, pontuando a queima de tratores e a morte das reses, as quais foram levadas para o acampamento. Não cabe se estender nas citações, mas apontar para os marcos que esse episódio desencadeou nas recordações daqueles que o viveram e na construção da história desse movimento no Pontal. Observa seu Alcides que foi aberto um inquérito policial para apurar o ocorrido. Todavia, eram tantas as pessoas que participaram da matança de animais e da queima dos tratores, que se tornou impossível identificar quais os responsáveis.

Para a compreensão dessas práticas, recorro novamente a Thompson ao pontuar o significado do motim:

Os motins são geralmente uma resposta racional, que não acontece entre os indefesos ou sem esperança, mas entre aqueles grupos que se sentem com um pouco de poder para tomar víveres de que precisam quando os preços vão às alturas, os empregos desaparecem e eles vêem o seu suprimento de alimentos básicos ser exportado. (Cf. THOMPSON: 207).

Essa discussão aponta, de certa maneira, para uma reflexão sobre o que se vivera tanto na fazenda Nova Pontal e na rodovia SP-613 quanto na fazenda Estrela Dalva, na medida em que enuncia o significado do que seja o direito moral (re)construído a partir da vivência dos próprios sujeitos. Não se trata da desesperança, mas da possibilidade de reinventar a esperança, recriá-la.

Num artigo publicado na Folha de S. Paulo, a UDR reagiu às práticas do MST na região, no caso sobre a fazenda Estrela Dalva, salientando que: “[...] os fazendeiros vão montar uma contraguerrilha para combater a guerrilha rural instalada na região”.<sup>23</sup> Sobre esse acontecimento, em entrevista para esse jornal, Arnaldo Couto, presidente regional da UDR na Alta Sorocabana, salientou: “Foi um absurdo. Uma guerrilha rural que estão implantando. Eles (sem-terra) mataram gado, intimaram os empregados e destruíram a propriedade”. Indagado se a

---

<sup>23</sup> UDR cria milícia armada contra sem-terra. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p.9. 30 jun. 1994.

segurança que estariam organizando seria armada, observou: “Lógico. Para enfrentar um bando daquele que vem armado, nós temos que estar armados. Contra uma ação, a reação tem que ser igual ou superior. Sempre vamos ser superiores”.<sup>24</sup>

A ação ocorrida nessa fazenda, dentre outras práticas de luta dos sem-terra, demonstrou-se como um dos alicerces para a resistência e permanência no acampamento até a conquista da terra, mesmo frente às inúmeras intempéries que se seguiram pelos anos noventa. Tais marcos da memória têm a sua particularidade no que diz respeito à história do indivíduo, ao pontuar os seus medos, temores, esperas, esperanças... Mas trazem consigo, ainda, os sentimentos partilhados pelo coletivo, o desejo da “terra de trabalho”<sup>25</sup> se somando, muitas vezes, ao desejo da “transformação social”<sup>26</sup> a conduzir tais práticas, fazendo com que adquiram novos teores, como no caso do enfrentamento e, conseqüentemente, a inversão da concepção do direito legal.

### **O direito moral à terra e à vida**

Discutindo a caminhada realizada pelos trabalhadores sem-terra, com o olhar para os seus sonhos, dificuldades, esperanças, até a conquista do assentamento Indaiá, em Itaquiraí (MS), Costa apresenta uma leitura que é significativa para se pensar a afirmativa corrente dos camponeses aqui pesquisados, a importância, para esses sujeitos, do direito moral de “estar em cima da terra”:

---

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Para a compreensão do conceito “terra de trabalho”, cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Igreja e problemas da Terra* (1980). Este documento explicita o sentido da “terra de trabalho” e da “terra de negócio” como frontalmente opostos.

<sup>26</sup> Em minha tese (cf. Bibliografia), discuto as práticas e representações camponesas do MST no Pontal do Paranapanema chamando a atenção para a discussão da “terra de trabalho” e da “transformação social”, como questões norteadoras para a compreensão dos diversos sujeitos desse movimento na região.



Esta expressão, para eles, tem o sentido de estar vivo – contrário de estar morto, daqueles que estão embaixo da terra – e, apresenta-se como uma metáfora da vida. Denota ainda que eles não se percebem como proprietários da terra, que o sentido dela, para eles, vai muito além da propriedade jurídica da terra, confunde-se com a vida. (COSTA: 86).

A interpretação da terra como direito moral à vida contrapondo-se ao “direito que é construído sobre o torto, sobre a usurpação do direito do outro” é parte constitutiva das histórias de luta dos camponeses do Pontal.

Seu José de Paula, um dos participantes da primeira ocupação da fazenda Nova Pontal, assentado em Rosana, narrando o que significa a terra, ressaltou: “Ave Maria, pra mim é uma parte da minha vida. É tipo o corpo, um corpo que se tirar o coração, o corpo morre. Pra mim, eu morri”.<sup>27</sup> Sendo corpo, a terra simboliza a vida, e, sendo mais que a massa corpórea, ela sinaliza para o coração que faz a vida pulsar, tornando-se sinônimo da existência.

As considerações de seu Dezinho, também participante do movimento da Nova Pontal, assemelham-se às de seu José de Paula, ao dizer: “Olha, a terra [pausa] o que ela significa hoje, é o que vai significar pro resto do meu corpo, da minha carne. E porque, graças a Deus, eu vivo da terra e a terra dá de comer. E damos valor a terra, porque se não fosse a terra, não vivia, né?”<sup>28</sup> As palavras “pro resto do meu corpo, da minha carne” são fortes, demonstrando a história de vida desse camponês, trabalhador de sua terra, outrora de muitas terras, de muitos outros. Sentir na pele a condição de gente de carne, osso, sentimentos, expropriado da terra pela condição de bóia-fria, fora outras formas de exploração, evidenciou para seu Dezinho a simbologia da terra: ao tê-la em suas mãos, sob seus pés, dela não quer partir. Sendo corpo, carne, torna-se vida.

Semelhante aos camponeses de Itaquiraí, terra, família e trabalho foram apresentadas, então, como uma tríade a explicitar a vida da maior parte dos camponeses assentados no Pontal do Paranapanema, evidenciada em valores

---

<sup>27</sup> ENTREVISTA. José de Paula e Maria. XV de Novembro, 02 jan. 2002.

<sup>28</sup> ENTREVISTA. Dezinho e Maria. XV de Novembro, setor I, 02 jan. 2002.

que sinalizaram para o presente, mas trazendo consigo a memória de lutas do tempo do acampamento, visto como um espaço de transitoriedade, em que o desejo da conquista da terra dava-lhes a sustentação e o alimento para a participação nas várias ações organizadas pelo MST. O desejo da “terra de trabalho”, conforme os relatos, fundamentou-se no que os homens e mulheres assentados viam como um direito costumeiro: o solo para a produção de alimentos, para a produção da vida. Por um outro lado, a força desenhada por essa luta só fora possível pela junção entre indivíduo e coletivo, entre o sujeito e o “movimento”.

A luta para a permanência na terra, por esse ângulo, sendo um instrumental para a vida, tornou-se também referência para o direito moral à terra conquistada e para novos direitos. Lutas que se deram (e se dão) em outras frentes, as quais não se limitaram (nem se limitam) ao espaço da produção, já que expressas desde a ocupação do espaço da memória – no relembrar dos tempos de outrora e dos marcos de memória como alicerces e alimento para a atualidade – às inúmeras práticas empreendidas pelo MST, a exemplo da participação em ações como fechamento de bancos, ocupação de órgãos públicos como o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) – responsável pela assistência técnica nos assentamentos –, entre outras ações. O que foi possível depreender é que essas lutas contaram (e contam), mormente, com a participação dos assentados, por entenderem que a continuidade na terra se daria a partir daquilo que conseguirem edificar por meio das práticas coletivas.

O direito moral (re)construído numa oposição ao direito historicamente instaurado por aquelas paragens, evidenciando homens e mulheres a tecer a história e as suas tramas ao dar um novo teor a terra quase que consagrada pelo grilo. As práticas vivenciadas pelos sem-terra no processo de lutas podem ser vistas, então, como uma espécie de simbiose entre o que ocorrera objetivamente (ocupações, acampamentos, despejos, retorno a terra, ação motorizada, queima de tratores etc.) e o que se sonhara, e se encontra, muitas vezes, no plano subjetivo (o desejo da terra prometida, a mística da transformação social) desenhando marcos de memória. Objetivou-se neste texto pontuar esses

marcos, entendidos como expressões do que se viveu em vista das condições materiais, associadas ao que se sonhara, referendando o desejo das pessoas comuns impresso nas condições subjetivas e no direito moral (re)construído em movimento e pelo “Movimento Sem Terra”.

### **Bibliografia**

BORGES, M. C. *De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP*. Tese de Doutorado. Departamento de História, Faculdade de Letras e Ciências Humanas (FLCH), Universidade Estadual Paulista (UNESP). Assis (SP), 2004. 391 p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Igrejas e problemas da terra*. São Paulo: Paulinas, 1980.

COSTA, C. B. *Vozes da terra – Indaiá: “O porto das esperanças”*, 1980-1990. Tese de Doutorado em história social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993.

MARTINS, J. de S. *Não há terras para plantar neste verão*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1988.

MORAES SILVA, M. A. de. “A terra no imaginário dos migrantes temporários”. *História Oral*. São Paulo, Associação Brasileira de História Oral. n. 4, jun. 2001.

NEVES, F. de C. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. (outros diálogos).

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.